

# JUVENTUDE: ELEMENTOS E CONCEITOS PARA COMPREENSÃO DA CATEGORIA

*Gláucia Maria Ferrari  
Elionaldo Fernandes Julião*

Considerando a diversidade de questões que envolvem os conceitos adolescência e juventude, temática que perpassa por diferentes áreas do conhecimento, o objetivo do artigo é resgatar a compreensão de que pensar esses conceitos implica, necessariamente, caminhar por caminhos já trilhados e perpassados por tensões, disputas e polissemias. Nesse sentido, busca-se desconstruir as representações sociais presentes no senso comum, que tendem a delimitá-los como um grupo homogêneo, com valores e práticas sociais comuns.

Compreendendo a juventude como uma categoria construída a partir de múltiplas dimensões, o artigo se propõe a ampliar o debate e contribuir com a reflexão, sinalizando para alguns elementos fundamentais em seu processo de construção: aspectos geracionais, a questão da diversidade e da diferença, a relação com o tempo, a dimensão da experiência e da cultura, dentre outros.

Em linhas gerais, buscamos desenvolver algumas reflexões conceituais como forma de nos inserir no debate sobre a juventude, compreendendo-a como uma categoria multidimensional e apontando as dimensões sociais como elemento fundamental em seu processo de construção.

De acordo com o art. 2º da Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Já a Lei 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), no art. 1º, define os jovens como as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade, especificando que aos jovens entre 15 e 18 anos incompletos cabe a aplicação das garantias de direitos especificados pelo ECA de forma conjunta ao Estatuto da Juventude.

Apesar da importância na definição cronológica da adolescência e juventude em termos legais, faz-se necessário o aprofundamento da concepção que leve em consideração os aspectos históricos, culturais e políticos que dizem respeito à construção desses conceitos. É, sem sombra de dúvida, fundamental que levemos em consideração que os conceitos adolescência e juventude são por vezes usados como sinônimos e por outras como duas fases distintas, mas que se sobrepõem.

Em sua análise sobre os paradoxos da juventude, o cientista social José Machado Pais já sinalizava que “a teoria sociológica se vê cada vez mais confrontada com a necessidade de

estabelecer rupturas com as representações correntes da juventude.” (PAIS, 1990, p. 139), ou seja, aquelas que a compreendem, restritamente, como um grupo de sujeitos pertencentes a uma faixa etária ou fase da vida específicas, demarcado por interesses comuns e de uma cultura única.

[...] a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas *similaridades* entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também – e principalmente – as *diferenças sociais* que entre eles existem. (PAIS, 1990, p. 140, grifo do autor).

A essas diferenças sociais e às distintas interpretações sobre a juventude, o autor denomina de paradoxos da juventude, defendendo uma noção de construção sociológica para sua compreensão que, para fins de análise, deve se atentar aos comportamentos cotidianos dos jovens, aos seus modos de pensar e de agir, às suas perspectivas em relação ao futuro e aos processos de identidades sociais e culturais.

Nessa perspectiva, vemos como oportuno demarcar e assumir uma postura que compreenda a juventude como construção social, apontando para a impossibilidade de pensá-la de maneira linear e homogeneizante, argumentando que o desenvolvimento de pesquisas que se destinam ao estudo dos jovens precisa considerar as diversas realidades nas quais os mesmos se encontram e as mudanças sociais ocorridas no tempo histórico.

Em sua tese de doutorado sobre o lugar ocupado pela escola e pelo trabalho nas experiências de jovens, Falcão (2014, p. 62) afirma que a “juventude, tal como a concebemos na atualidade, não existiu sempre.”, pois, “ainda que indivíduos jovens estejam presentes em toda e qualquer formação social.”, a categoria juventude nem sempre foi reconhecida a partir de suas necessidades.

Concordando com a autora, entendemos que as representações atuais sobre o jovem e sobre a juventude se derivam daquelas que foram construídas e consolidadas ao longo do tempo e da história, mas que foram renovadas e ressignificadas em função dos diferentes contextos que lhes atribuem novas perspectivas. Dessa forma, defendemos que as definições sobre os jovens e sobre a juventude precisam partir de uma concepção que os compreenda como categorias históricas e culturais, o que pressupõe o entendimento de que sejam distintas em função do tempo e do espaço.

Ao propor uma reflexão sobre as aproximações da condição juvenil na atualidade, Falcão (2014, p. 62) explica que a noção de juventude “é tributária da modernidade.” e dos fenômenos a ela relacionados, como, por exemplo, a expansão da escolarização e os novos padrões que se inseriram nas relações entre os indivíduos e os grupos sociais.

A autora também destaca que uma das propostas da sociologia para discutir o conceito de juventude em toda a sua complexidade “é abordá-la a partir da distinção entre as noções de condição juvenil e situação juvenil.” (FALCÃO, 2014, p. 63).

Abramo (2008, p. 42) explica que a primeira noção remete ao “modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico-geracional.”, e a segunda, relaciona-se ao “modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais.”.

Nesse sentido, Falcão (2014, p. 63) afirma que

O reconhecimento dessas contradições entre juventude, como condição e como situação efetivamente vivida por sujeitos que encarnam diferentes modos de ser jovem é indicativo, também, para que no campo da pesquisa, a relação entre juventude, enquanto conceito e enquanto manifestação empírica seja continuamente atualizada.

Proposição que se alinha à argumentação feita por Cassab (2011, p. 151) que, ao buscar reconstruir os sentidos atribuídos ao sujeito jovem e à categoria juventude ao longo do tempo histórico, constata que é a partir da modernidade que a juventude passa a ser concebida como uma fase da vida na qual os sujeitos (os jovens) possuem características específicas, dentre as quais, “uma maneira própria de ver, sentir e reagir.” às situações que lhes são apresentadas. Segundo a autora, “a partir desse momento, a juventude é identificada como um período específico da vida.”, caracterizado pela transição e preparo para a vida adulta, tendo seu término determinado quando o jovem toma para si a responsabilidade pelo seu sustento e de sua própria família.

De maneira geral, ambas as autoras afirmam que o debate sobre a questão da juventude se inicia a partir do momento em que esse segmento começa a ser visto como um problema social. Melhor dizendo, quando esses sujeitos, principalmente os pertencentes a espaços urbanos, passam a ser considerados como a fração rebelde da sociedade no que se refere ao cumprimento de normas e de convenções sociais.

É possível perceber que a ideia de juventude relacionada à ruptura, ao inconformismo, à rebeldia, ao novo, à busca por novas experiências e mudanças, simboliza os valores que constituíram o movimento da modernidade, principalmente a partir do século XIX, quando a humanidade buscava encontrar uma nova forma de ver e estar no mundo.

A esse respeito, o trabalho de Gonçalves (2005, p. 208) sobre a importância dos valores familiares nos processos de socialização juvenis explica que, a partir da intensificação do sistema e das relações capitalistas, a sociedade passa a se preocupar de forma mais

contundente com o “individualismo exacerbado e a criminalidade crescente.”, firmando-se no imaginário social a associação do jovem como um sujeito “individualista e responsável, em grande parte, pela criminalidade urbana”. Visão que, diga-se de passagem, funcionará como inspiração na formulação de políticas públicas destinadas à juventude, tema a ser discutido posteriormente.

Ao longo do século XX, o conceito juventude se movimentou na direção de diferentes concepções, sendo envolto a imprecisões, polissemias e disputas teóricas no campo científico. No campo da sociologia, percebe-se um movimento que busca desvencilhar o olhar sobre as juventudes das perspectivas que a consideram como uma característica natural ou um processo universal ao qual todo indivíduo está fadado a vivenciar.

É consenso no meio acadêmico o reconhecimento de que a sociologia, ao longo de sua história, percebe a juventude como um importante elemento na busca pela compreensão da própria sociedade. Algumas vertentes do campo sociológico abordam a juventude a partir da ótica etária ou geracional, considerando-a como uma fase da vida e, portanto, possuindo uma perspectiva mais homogênea, pois considera a existência de circunstâncias e problemas semelhantes enfrentados por cada grupo de indivíduos de uma mesma geração ou faixa etária.

Outras correntes sociológicas entendem a juventude a partir de uma perspectiva classista, como grupo social, na qual a origem e a posição sociais definem e determinam as diferentes análises. Enquanto categoria conceitual, parece que esse debate se intensifica a partir da década de 1920 quando Karl Mannheim e, posteriormente, José Machado Pais e Pierre Bourdieu, dentre outros autores, buscam caracterizá-la a partir da observação de outras variáveis.

Weller (2010) destaca que, a partir dos estudos de Karl Mannheim, pioneiro das pesquisas sobre juventude, especialmente relativos ao conceito de gerações, passa a vigorar a necessidade de contextualizar melhor a realidade social da juventude. A teoria mannheimiana, segundo a autora, ajuda a compreender que “o pertencimento a uma geração não pode ser deduzido imediatamente das estruturas biológicas.” (WELLER, 2010, p. 211) ou mesmo “estar estritamente associado a um grupo concreto.”. Compreender a juventude, nessa perspectiva, demanda considerar o seu contexto histórico, político e social, ou seja, a relação estabelecida com a sociedade.

Segundo a autora, o conceito de gerações em Karl Mannheim envolve a compreensão de que

[...] a posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico não está dada pela possibilidade de presenciarem os mesmos

acontecimentos ou vivenciarem experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processarem esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. (WELLER, 2007, p. 1).

Tal proposição parece-nos muito atual, pois oferece elementos que caracterizam as gerações como processos dinâmicos e interativos e ampliam a noção de situação geracional, convidando-nos a repensar a construção de instrumentos analíticos que se proponham a conhecer e reconhecer as complexidades e singularidades das experiências concretas dos jovens.

Ao declarar que “juventude é só uma palavra.”, Bourdieu (2003, p. 151) dialoga de certa forma com as construções teóricas mannheimianas, contrapondo-se à perspectiva homogeneizante sob a qual, muitas vezes, a categoria é analisada, sinalizando para a arbitrariedade inerente às classificações e estruturações estáticas (idade, sexo, classe etc.).

Essas classificações, segundo o autor, impõem limitações à compreensão da juventude, incorrendo o risco de assumi-la como uma unidade ou um grupo social com aspirações comuns, não reconhecendo os diferentes modos de ser deste período da vida.

Considerando que o fator etário definido a partir da questão biológica é passível de manipulação, percebemos que o debate promovido por Bourdieu (2003) sobre essa questão denuncia a existência de um controle ou manipulação social a partir do momento em que se prioriza a definição de uma unidade social. Em contraposição a essa perspectiva, o autor concebe a juventude como uma construção social que toma corpo em função das diferenças existentes entre os múltiplos grupos que compõem as diferentes juventudes, como também compreendido por Pais (1990).

[...] falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes. (BOURDIEU, 2003, p. 113).

A esse respeito, Carrano (2003) e Groppo (2004) afirmam que a compreensão dos significados sociais das juventudes não prescinde, prioritariamente, das definições de faixas etárias, pois estas “não têm caráter absoluto e universal.”, sendo “um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica.” (GROPPO, 2004, p. 11).

Para Carrano (2003), essas classificações possibilitam o delineamento de cenários e tendências que subsidiam, por exemplo, a elaboração de estratégias e intervenções políticas. Entretanto, para além das interpretações pautadas em categorias fixas que posicionam os

jovens e orientam o comportamento social, o autor destaca que os mesmos não se constituem como uma classe social, mas “compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes.” (CARRANO, 2003, p. 110).

O trabalho de Groppo (2004) contribui no debate que busca consolidar uma concepção sociológica e dialética da categoria juventude. Partindo da concepção marxista de dialética, o autor defende que a realidade da juventude está inserida em uma ordem social, sendo, portanto, uma criação histórica.

Nessa compreensão, argumenta que as análises que se encontram no bojo das correntes que entendem a juventude como construção social e, portanto, uma categoria concreta, precisam ser perpassadas por “outras categorias sociais e condicionantes históricos”, como, por exemplo, “classe social, nacionalidade, região, etnia, gênero, religião, condição urbana ou rural, momento histórico, grau de “desenvolvimento econômico”.”(GROPPO, 2004, p. 12)

Avançando no exercício reflexivo que considera o dialético movimento epistemológico da juventude como construção social, imersa em um processo resultante de vivências múltiplas e concomitantes em determinado contexto histórico, social e cultural, concordamos com os autores que percebem a necessária utilização do referido termo no plural, juventudes (DAYRELL, 2007, 2016; PERALVA, 1997).

Dialogando com Bourdieu (2003), Dayrell (2016) ratifica que a expressão assim utilizada busca enfatizar as diversidades da condição e situação juvenis, considerando as diferentes maneiras de vivenciar a juventude nas sociedades, o conhecimento de suas realidades e de suas experiências. Em seu livro *Por uma Pedagogia das juventudes*, o autor argumenta sobre a ideia de juventude no plural, discorrendo sobre diferentes elementos que compõem a pluralidade da condição juvenil<sup>1</sup>.

O jovem transita, constantemente, entre diversos espaços sociais, muitas vezes, contraditórios simbolicamente (instituições, grupos sociais etc.), que o leva “a uma constante negociação de valores e pertencimentos consigo mesmo e com os outros.” (DAYRELL, 2016, p. 268). Esta concepção oferece possibilidades de diálogos mais amplos sobre a juventude, na medida em que considera a interação dinâmica e conflituosa entre um conjunto de instâncias socializadoras distintas.

Compreendemos, assim, a partir de Dayrell (2007, p. 161), que o jovem se constitui como “ator plural”, composto de múltiplas identidades, resultantes das diversas experiências

<sup>1</sup> Carrano (2019) lembra que reconhecer essa pluralidade também significa dar ênfase às diversas formas de ser jovem em um mundo desigual e violento, no qual as oportunidades são distribuídas muito em função da cor de sua pele, do gênero, da classe social à qual pertence e do seu local de moradia.

de socialização em diferentes contextos sociais, “entre os quais ganham centralidade aqueles que ocorrem nos espaços intersticiais dominados pelas relações de sociabilidade.”. O jovem, nesse sentido, é “um ser social, um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém.”.

A própria identidade também se forma através de um processo histórico. O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2004, p. 13), pioneiro dos estudos culturais, afirma que “o sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente.”.

Na obra intitulada *A identidade cultural na pós-modernidade*, o autor esclarece que a identidade do sujeito, na concepção sociológica, reconhece a existência de um “eu real”, que se produz e é produzido a partir da interação com a sociedade e com as diversas identidades. Entretanto, em um diálogo sobre o sujeito pós-moderno, o autor ressalta a mudança que vem ocorrendo nos tempos atuais no processo de construção de identidade, em decorrência das transformações estruturais e institucionais, afirmando que dentro de cada indivíduo “há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” (HALL, 2004, p. 7).

Esta ideia também é difundida por Melucci (2004) ao discutir sobre a multiplicidade do eu, contrapondo-se à compreensão da identidade como algo absoluto. Para o autor, a identidade se funda na relação social que, por sua vez, encontra-se na dependência dos processos de interação social e da troca com o outro.

O processo de interação na contemporaneidade é muito dinâmico, visto que os sujeitos pertencem, concomitantemente, a inúmeros grupos sociais diferentes, ingressando-se e retirando-se deles de forma muito mais rápida que em tempos passados. Dessa forma, argumenta que o “eu” se torna múltiplo, e que essa multiplicidade demanda na compreensão da identidade como um campo de ação social ou, nas palavras do autor, de “identização” (MELUCCI, 2004, p. 61).

Percebemos que a questão da diversidade atravessa o debate acadêmico sobre a categoria juventude frequentemente e quase que compulsoriamente. O Documento Final da Conferência Nacional de Educação Básica, realizada em Brasília no ano de 2008, define diversidade como “construção histórica, cultural e social (inclusive econômica) das diferenças.”, sendo “construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.” (BRASIL, 2008, p. 63).

O Texto Orientador da 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília no ano de 2015, também dá centralidade à questão da diversidade, definindo-a como “variedade, pluralidade, diferença.”, estando a ela relacionado “tudo que é diverso, que tem multiplicidade.” (BRASIL, 2015, p. 2). O documento destaca alguns (pré)conceitos que perpassam a condição juvenil brasileira, constituindo elementos importantes em sua compreensão, como as questões relativas ao gênero, ao racismo e à etnia, às diferenças e desigualdades sociais e à diversidade existente entre os povos de comunidades tradicionais.

Ortiz (2007), em seu debate sobre o universalismo e a diversidade, especialmente em contexto de globalização, destaca a polissemia do termo nas diversas tradições intelectuais, alertando para os riscos presentes nessa discussão quando dela se oculta a questão relacionada à diferença. Para o autor, a diversidade é parte integrante de uma totalidade, na qual coexiste “um conjunto diferenciado de unidades sociais: nações, regiões, tradições e civilizações.” (ORTIZ, 2007, p. 11). Nesse contexto, destaca a necessidade de reconhecê-la a partir da questão da desigualdade e da diferença produzidas socialmente, em contraposição à ideia de pluralismo. A diferença, nesse sentido, é sempre relacional e situada em um contexto histórico determinado, sendo, assim, portadora de um sentido histórico.

Ecos dessa compreensão podem ser percebidos em um diálogo com Fleuri (2006), ao defender que o debate sobre a diferença demanda o esclarecimento sobre conceitos de estereótipos, preconceitos, discriminação e racismo, como também da relação de dependência entre o estereótipo e o consenso de opinião dos indivíduos de grupo social, aproximando a discussão dos conceitos de legitimação das desigualdades e absolutização de pontos de vista<sup>2</sup>.

A dimensão temporal também está intrínseca ao debate sobre a juventude. Melucci (1997, p. 7) argumenta que a juventude “se situa, biológica e culturalmente, em uma íntima relação com o tempo.”, sendo o grupo social mais diretamente exposto aos dilemas temporais.

Segundo o autor, a sociedade atual experimenta o tempo de uma maneira completamente distinta da sociedade moderna – diferenciação da experiência –, quando o termo possuía uma orientação finalista, sendo analisado como medida universal em decorrência do advento da máquina e da emergente necessidade de produção de mercadorias e de dinheiro. Diferentemente de épocas anteriores, o autor explica que as experiências dos jovens contemporâneos não se dão de uma maneira linear em relação ao tempo, pois o

<sup>2</sup> O debate sobre a diferença se inspira também nas ideias de Boaventura de Sousa Santos que, em seu livro *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*, publicado em 2003, aponta para a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.



significado do presente não está dado nem pelo passado, enquanto história e memória, e nem pelo futuro, enquanto meta ou destino final.

[...] a diferenciação das nossas experiências de tempo está aumentando. Os tempos que nós experimentamos são muito diferentes uns dos outros e, às vezes, parecem até opostos. [...]. Além disso, um tempo diferenciado é cada vez mais um tempo sem uma história, ou melhor, um tempo de muitas histórias relativamente independentes. Então é também um tempo sem um final definitivo, o que faz do presente uma medida inestimável do significado da experiência de cada um de nós. (MELUCCI, 2007, p. 32-34).

Pais (2006, p. 12) se refere a esse processo como “desfuturização do futuro e investimento no presente.”. Segundo o autor, para muitos jovens o futuro se encontra desfuturizado, não porque esteja sob controle, mas, ao contrário, pela impossibilidade de governá-lo por conta das incertezas do presente.

Encontramos também em Peralva (1997) e Bourdieu (2003) diálogos importantes sobre as relações entre o tempo da juventude, ficando claro a relevância dada ao aspecto do tempo presente como momento de construção do futuro. Segundo Peralva (1997), a chamada cristalização geracional – linearidade do tempo estabelecida entre juventude, idade adulta e envelhecimento – ao longo do tempo histórico e, principalmente, afetada pelas transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização, passou por um processo de ruptura causada pela oposição entre o passado e o futuro. Tal fenômeno posterga o envelhecimento do jovem e o transforma de promessa de futuro para modelo cultural do presente, “cedendo lugar a um tempo funcional diferenciado”, de maneira que “o futuro se torna presente e absorve o passado.” (PERALVA, 1997, p. 21-23).

Para Bourdieu (2003, p. 119), “os jovens se definem como tendo futuro, como definindo o futuro.”. Tais considerações nos levam a pensar que, ao que parece, atribui-se à juventude a incumbência de realizar ações no tempo presente que se desdobrem em realizações futuras.

Nesse sentido, destacamos a necessidade de ampliarmos nossa compreensão sobre a categoria juventude, desvinculando-nos da ideia de uma etapa estanque com uma finalidade predeterminada, ou ainda como um momento de preparação para a vida adulta. Ser jovem é uma situação que faz parte de um processo de crescimento dinâmico e totalizante, cujo percurso vai se delineando no tempo e no espaço, ganhando “contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.” (CARRANO; DAYRELL, 2014, p. 111).

A partir das reflexões que fizemos até aqui, percebe-se que a dimensão da experiência está presente em todo o debate que se deseja travar sobre a juventude. Além da experiência de tempo, faz-se oportuno também ressaltar a compreensão de Giddens (2001) ao afirmar que a nova agenda das Ciências Sociais se constitui, ela própria, pela aceleração das relações existentes ou estabelecidas entre as decisões individuais do cotidiano e os resultados globais, e também da oposição desta ideia, ou seja, a influência das ordens globais na vida dos indivíduos. Segundo o autor, “a experiência global da modernidade está interligada à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana.”, influenciando-a e sendo por ela influenciada (GIDDENS, 2001, p. 26).

Entendemos, também, que as perspectivas presentes na sociologia da experiência desenvolvida pelo sociólogo François Dubet (1994) e na processualidade histórica do historiador Edward Palmer Thompson (1981) sobre o debate referente à noção de experiência, muito embora desenvolvidas a partir de abordagens diferentes e matrizes sociológicas, por vezes, opostas, constituem importantes ferramentas analíticas na percepção dos jovens como sujeitos reais e históricos, que a todo momento se constroem e são construídos pelas relações e interações sociais que vivenciam, em um processo no qual as posições e disposições sociais se relacionam de forma dinâmica, determinando e sendo determinadas pela experiência<sup>3</sup>. Ademais, oferecem importantes elementos que ajudam a pensar caminhos mais apropriados para articular individualidades e estrutura social em suas vivências.

Partindo do princípio de que a ação é sempre social, Dubet (1994) explica que a experiência social é uma ação que se constitui das condutas individuais e coletivas, sujeitas a uma heterogeneidade de princípios, e da atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no bojo desta heterogeneidade. O autor afirma que a ação social precisa ser compreendida pela combinação de lógicas de ação distintas e, muitas vezes, contraditórias, tendo como fruto dessa articulação, a relação entre a experiência social e o sistema social.

Apoiados nessa perspectiva, entendemos que a experiência social supõe que os jovens atuem, opinem e que constituam uma representação do mundo que é vivido, seja individual ou coletivamente, e também uma construção crítica da realidade, que se dá a partir da reflexão sobre o vivido e a redefinição de suas experiências.

<sup>3</sup> Essa compreensão também se reverbera no estudo de Melucci (2007), ao recomendar, em pesquisas que visem a investigação da ação juvenil, a adoção de uma perspectiva macrosociológica combinada com a valorização das experiências individuais na vida diária.

Considerando que as experiências sociais dos jovens no mundo de hoje se caracterizam pela falta de coerência entre várias dimensões identitárias e pela incerteza a respeito de si e do controle sobre si, compreendemos que a perspectiva desenvolvida por Dubet (1994) se complementa pelos estudos desenvolvidos posteriormente por Martuccelli (2010) e também por Martuccelli e Singly (2012) referentes à construção de uma sociologia do indivíduo, à qual se fundamenta na necessidade de reconhecer o crescente processo de singularização das trajetórias pessoais dos sujeitos, atentando-se para as experiências que singularizam o indivíduo e os fenômenos sociais.

Martuccelli (2010) se utiliza do conceito de individuação para se interrogar sobre o tipo de indivíduo fabricado estruturalmente por uma sociedade em um determinado tempo histórico. Segundo o autor, a análise social não pode ser restrita aos processos de socialização e subjetivação, que dão centralidade à biografia do indivíduo e às suas experiências<sup>4</sup>. O interesse da sociologia pelo indivíduo, nessa perspectiva, necessita reconhecer que as sociedades contemporâneas estão submetidas a um grande movimento estrutural de singularização que produz uma profunda transformação social.

O processo de singularização, portanto, requer que a sociologia singularize suas análises, sendo necessário considerar o conjunto de desafios estruturais que são comuns a todos os membros de um grupo, mas que são vivenciados a partir de posições e experiências distintas, ao que o autor denomina de provas (*pruebas*).

Dubet (1994) compreende a prova como o esforço que o indivíduo faz para combinar e articular as lógicas de ação, sendo resultante desta combinação. Martuccelli e Singly (2012) afirmam que a experiência consiste em tentar efetivar essa articulação, considerando o desenvolvimento dessa capacidade como uma verdadeira prova.

Nessa perspectiva, entendemos que em uma sociedade em que as trajetórias sociais se individualizam e se singularizam, os jovens se deparam, cotidianamente, com inúmeras e diferentes provas, nas diversas dimensões da vida social (família, escola, trabalho, profissão, relações sociais e amorosas, orientação sexual, dentre outras).

O bom desempenho ou o fracasso é atribuído ao jovem e estão diretamente relacionados ao conjunto de recursos ou suportes, ou ainda de “diferentes capitais” (MARTUCCELLI, 2010, p. 22), que dispõem em seu enfrentamento. Recursos esses que também se apresentam de modo diverso e desigual, em quantidade e qualidade. Cabe-nos aqui destacar que, em sociedades que apresentam quadros de expressiva desigualdade social,

<sup>4</sup> A socialização se refere ao processo de fabricação sociopsicológico do indivíduo; já a subjetivação, diz respeito à constituição do sujeito como resultado de uma dinâmica sociopolítica de emancipação (MARTUCCELLI, 2010).

as possibilidades das diferentes juventudes se inserirem socialmente também serão desiguais, considerando a disparidade no que se refere aos suportes e recursos disponíveis.

Nesse sentido, entendemos que o conceito de prova associado a análise dos recursos ou suportes, representa um importante instrumento de análise sociológica das experiências juvenis, na medida em que propõe uma articulação entre elas e o sistema, ampliando as possibilidades de compreender as diferentes maneiras de ser jovem.

Sempre fiel à perspectiva defendida por Marx, que envolvia a análise das condições históricas da realidade social em constante modificação, Thompson buscou, de forma permanente, contribuir com a superação de uma compreensão do marxismo que se mostra determinista e economicista, resgatando a categoria experiência nas análises da realidade histórico-social. Segundo o autor, a inserção do conceito de experiência representa um enfrentamento dos “verdadeiros silêncios de Marx.” (THOMPSON, 1981, p. 183-184), tecendo, neste sentido, uma crítica a historiografia que reduziu toda a vida social do sujeito ao “modo”<sup>5</sup>.

Segundo Thompson (1981, p. 188), por intermédio da experiência, a estrutura social “é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história.”. Entretanto, o próprio autor toma o devido cuidado de situar a referida categoria como uma possibilidade (concreta) de análise e não como um constructo universal, que não depende de qualquer contextualização ou historicidade. Nesse sentido, afirma que a experiência se constituiu em uma categoria que,

[...] por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. [...] a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites. (THOMPSON, 1981, p. 15).

Através do conhecimento da experiência, o autor defende a possibilidade de se perceber o diálogo estabelecido entre o ser social e a consciência social, acompanhando o objeto de pesquisa em seu movimento e não como algo passivo, que está à espera de alguma teoria que possa explicá-lo.

Para Thompson (1981, p. 16), “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles ao seu mundo.”. Ao tecer essa reflexão, o autor reverbera sobre

<sup>5</sup> Thompson (1981) adverte que os conceitos teóricos e metodológicos do marxismo não deveriam ser utilizados de forma inflexível, nem aprisionados em si mesmos. O autor defende que os historiadores devam fugir da inflexibilidade das estruturas, tendo como ponto de partida a inserção dos sujeitos na história, sendo necessário para isso o resgate do termo “experiência”, que por muito tempo esteve ausente da intelligentsia marxista.

as possibilidades de ação dos sujeitos sobre as experiências vivenciadas e sobre o meio, que está a todo o tempo se transformando, ao que ele denomina de “experiência modificada.”

No que se refere ao debate sobre a juventude, entendemos a partir de Thompson, que é através da experiência que os jovens e as juventudes são compreendidos dentro de seu campo de possibilidades, social e culturalmente. Nessa perspectiva, a noção de experiência torna-se um conceito chave para superar a contradição existente entre as determinações sociais impostas aos jovens e à maneira pela qual agem e reagem às imposições, possibilitando compreendê-los não como indivíduos completamente livres,

[...] mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182. Grifo do autor).

É também a partir de Thompson que introduzimos o termo cultura nesse debate, entendendo que as categorias experiência e cultura se situam como pontos de junção de outro tipo, pois os jovens “não experimentam sua experiência apenas como ideias.” (THOMPSON, 1981, p. 189). Ela não se dá apenas no nível mental, intelectual ou espiritual, pois os jovens (assim como as pessoas de forma geral) também experimentam sua experiência sob a forma de sentimentos e lidam com esses sentimentos através da cultura sob a forma de normas, de obrigações inseridas no âmbito da família, nas relações que envolvem reciprocidades, nas manifestações e expressões artísticas ou nas crenças e convicções religiosas, ao que o autor denomina de “consciência afetiva e moral.”

Entendemos, assim, que as perspectivas de Dubet (1994) e Thompson (1981), salvaguardadas as devidas contextualizações e limitações a serem consideradas, ratificam nossa compreensão de entender a noção de experiência como fundamental na compreensão da história social dos jovens, em especial, das juventudes do campo, pois produzem novas dimensões para a sua atuação como sujeitos históricos, inseridos em um contexto carregado de materialidades e realidades culturais diversas, experimentando distintas relações sociais.

Não podemos ocultar desse debate a compreensão da juventude como sujeito de direitos que, diga-se de passagem, configura-se como um entendimento recente no processo de desenvolvimento da sociedade. Cabe destacar aqui, as importantes conquistas alcançadas no Brasil pela aprovação dos *Estatutos da Criança e do Adolescente* (1990) e *Estatuto da Juventude* (2013) no que se refere às definições que ajudam a melhor compreender a complexidade da juventude, reconhecendo-a como um grupo de sujeitos com características, particularidades e necessidades específicas.

Os referidos Estatutos se fundamentam em uma concepção do jovem como sujeito com condições reais de exercer seu papel na sociedade, devendo ser integrados a ela como pessoas ativas e responsáveis, ocupando uma posição estratégica nos processos políticos e sociais. Nessa perspectiva, apontam e reafirmam os direitos fundamentais (constitucionalmente previstos) que devem ser garantidos à juventude, perpassando por todas as necessidades humanas (educação, trabalho, saúde, cultura, esporte, território e meio ambiente) e também pelo reconhecimento de sua diversidade (étnica, sexual, religiosa, cultural, etc.), que necessita ser efetivamente integrada à sociedade.

Não obstante, cabe retomar a discussão sobre a questão etária que envolve as definições sobre a juventude, comentadas no início deste artigo, especialmente ao considerarmos a coexistência legal entre juventude e adolescência existente nos instrumentos legais brasileiros.

Reconhecendo as dificuldades conceituais das referidas categorias, Dayrell e Carrano (2014, p. 109) compreendem a adolescência “como uma primeira etapa de uma idade da vida mais ampla que é a juventude.”

Segundo os autores, ainda que reconhecidos como sujeitos de direitos na legislação brasileira, os jovens carecem de políticas públicas que lhes garantam o pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, sinalizam a importância de reiterar a noção de juventude nas pesquisas e nas ações públicas, reconhecendo seus aspectos comuns e suas particularidades, como formas de dar visibilidade às suas necessidades.

Entendemos que a noção de tempos humanos geracionais, defendida por Arroyo (2014), amplia nossa compreensão sobre as etapas de vida. Para o autor, os tempos humanos (infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice) não se restringem a etapas propedêuticas ou estágios hierarquizados, mas possuem sentido próprio e promovem vivências e experiências que contribuem tanto para o desenvolvimento do sujeito, quanto para a sociedade. Nesse sentido, juventude e adolescência se constituem como momentos determinados, no entanto, não se reduzem a apenas uma passagem ou um momento de transição, assumindo uma importância em si mesmas como momentos de exercício de inserção e integração sociais. O autor afirma que a visão etapista e hierarquizada dos tempos humanos faz com que “as idades, tempos da vida, careçam de sentido por si mesmas, logo, tempos humanos desfigurados sem direito à especificidade do viver, pensar, formar de cada tempo humano.” (ARROYO, 2014, p. 70).

Concluimos, assim, que mais importante que definir as fronteiras delimitadoras das etapas do ciclo da vida, é caminhar na busca pela compreensão de seus atributos e de suas

especificidades, visando assegurar seus direitos específicos. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que as definições etárias refletem as formas pelas quais o Estado se utiliza para formular as políticas públicas para as categorias juventude e adolescência.

Nesse sentido, não nos furtamos em nos preocupar com o que Francisco e Groppo (2016) chamam de aspectos regressivos referentes à atuação do Estado e da sociedade sobre os jovens e adolescentes, como, por exemplo, o forte discurso presente no cotidiano social e também na retórica política que defende a redução da maioridade penal e o extermínio de jovens em conflito com a lei, em sua maioria jovens negros. Durante muito tempo, esses “aspectos regressivos permaneceram latentes, mas nunca desapareceram, mesmo em fases de maior florescimento de políticas sociais destinadas aos grupos etários que merecem olhar diferenciado.” (FRANCISCO e GROPPPO, 2016, p. 290).

### Referências:

Abramo, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: FÁVERO, O. *et al.* (Orgs). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 73-92.

Abramo, H. W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. *In*: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

Arroyo, M. G. Repensar o Ensino Médio: Por quê? *In*: Dayrell, J.; Carrano, P.; Maia, C. L. **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 53-73.

Bourdieu, P. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1990.

Brasil. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Documento Final. Brasília: MEC, 2008.

Brasil. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

Brasil. **Direitos da Juventude** – Subsídios para o debate. 3ª Conferência Nacional da Juventude. Brasília: , 2015.

Carrano, P. C. **Cidades Educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Carrano, P. C. As escolas deveriam se convencer de que não são a fonte de acesso ao saber. **Revista Coletiva**, n. 17, set./out./nov./dez., Campinas: Unicamp, 2015.

- Cassab, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 145-159, 2011.
- Dayrell, J. O jovem como sujeito social. *In*. Fávero, O. *et al.* (Org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 155-176.
- Dayrell, J (Org.). Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.
- Dayrell, J.; Carrano, P. C. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. *In*: Dayrell, J.; Carrano, P.; Maia, C. L. (Orgs.). **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.
- Dubet, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- Falcão, N. **É pesado, mas vou levando**: jovens de Manaus entre a escola e o trabalho. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- Ferrari, G. M. **Jovens do campo e projetos de vida**: experiências dos egressos do PROEJA com alternância do Instituto Federal Baiano - campus Santa Inês. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- Fleuri, R. M. Política da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 495-520, mai./ago. 2006.
- Francisco, J. C.; Groppo, L. A. Adolescência(s) e Juventude(s): considerações a partir de uma coexistência legal. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 275-294, jan./jun. 2016.
- GIDDENS, Anthony. A terceira via e seus críticos. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Gonçalves, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade; *Tempo Social*. **Revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 207-219, 2005.
- Groppo, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 13, n. 25, p. 9-22, dez. 2004.
- Hall, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.
- Martuccelli, D. La individuación como macrosociología de la sociedade singularista. **Persona Y Sociedad XXIV**, n. 3, p. 9-29, 2010.
- Martuccelli, D.; SINGLY, F. de. **Las sociologías del individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2012.
- Melucci, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 5-14, set./out./nov./dez. 1997.



Melucci, A. **O jogo do Eu**: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.

Melucci, A. Juventude, Tempo e Movimentos sociais. *In*: Fávero, O. *et al.* (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 73-92.

Ortiz, R. Anotações sobre o universal e a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**, janeiro-abril, ano/vol. 12, número 034, ANPED, SP, p. 7-16, 2015.

Pais, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

Pais, J. M. Prefácio: Busca de Si-expressividades e Identidades Juvenis. *In*: Almeida, M. I. M.; Eugenio, F. (Orgs.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 7-22.

Santos, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Thompson, E. P. **A miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Weller, W. Karl Mannheim: Um pioneiro da sociologia da juventude. *In*: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, , 2007, Recife. **Anais** [...]. Recife:, 2007. p. 1-15.

Weller, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, mai./ago. 2010.